



# **LINHAS DE ORIENTAÇÃO GERAL PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL**

**LEGISLATIVAS 2015**

03.JUNHO.2015



# PORTUGAL NO CAMINHO CERTO

## I

### DE 2011 ATÉ HOJE

#### O LEGADO

Nos últimos quatro anos, Portugal viveu uma situação excecional e venceu-a: é hoje um País diferente, em manifesta recuperação e em condições de ser um País melhor. Em 2011, Portugal apresentava um défice orçamental superior a 11% do PIB e caminhava imparavelmente para a bancarrota, pois já não conseguia obter financiamento nos mercados internacionais. Sem alternativa para o beco sem saída a que conduzia os Portugueses, o Governo de então pediu aos nossos parceiros internacionais o auxílio financeiro sem o qual o País não teria cumprido as suas obrigações internacionais, nem teria conseguido honrar os seus compromissos internos, pagando os salários dos funcionários públicos e as pensões.

Nesse quadro de verdadeira emergência nacional a atual maioria foi chamada à responsabilidade de retirar Portugal da situação dramática a que a incompetência e a leviandade de outros nos conduziu. De repor Portugal no caminho do crescimento e do desenvolvimento. De devolver a Portugal o prestígio e a credibilidade que então eram perigosamente postos em causa.

#### O CAMINHO

Hoje podemos dizer que cumprimos a missão mais difícil que os nossos compatriotas nos conferiram:

- Fechámos o Programa de Assistência Económico-Financeira, sem necessidade de recorrer a um segundo resgate ou, sequer, a um programa cautelar;
- As contas públicas estão na boa direção e o défice orçamental ficará este ano claramente abaixo de 3%, permitindo que Portugal, pela primeira vez em muitos anos, deixe de estar submetido ao procedimento por défice excessivo;

- O País financia-se nos mercados internacionais a taxas de juro historicamente baixas (nalguns casos até negativas), o que permitiu, nomeadamente, o início dos reembolsos antecipados ao FMI;
- O défice público diminuiu em mais de 12,4 mil milhões de euros, dos quais 8,5 mil milhões se ficaram a dever à redução da despesa (e isto sem contar com a despesa certa que o atual governo conseguiu evitar, por exemplo, através da renegociação das parcerias público privadas);
- O saldo primário apresenta consistentemente valores positivos.

## O PONTO DE QUE AGORA PARTIMOS

**Como afirmámos em 2011 no programa do atual Governo, a legislatura teria dois tempos distintos. E a verdade é que o acerto da estratégia seguida permitiu abrir, na segunda metade do mandato, um ciclo de crescimento, de confiança e de criação de emprego. E os resultados são já bem visíveis:**

- Pelo segundo ano consecutivo Portugal retomou o crescimento económico, o qual irá acelerar nos próximos anos;
- O rendimento disponível das famílias está a aumentar;
- O desemprego reduziu-se de 17,5% para 13,0%, ao mesmo tempo que a criação de emprego aumenta;
- As exportações batem sucessivos recordes, apesar de a economia de muitos dos nossos principais parceiros se encontrar ainda numa situação de grande incerteza;
- Sectores como a agricultura, o mar e o turismo estão a dar contributos muito significativos para a recuperação económica;
- Portugal subiu de forma significativa em todos os rankings internacionais de competitividade, tornando-se mais atrativo para os investidores;
- Os índices de confiança, tanto de consumidores como de empresas, apresentam valores que há muito anos se não registavam.

**Sabemos que o mérito desta transformação é, antes do mais, dos Portugueses.** Da sua resiliência, do seu bom senso, da sua capacidade de vencer a adversidade. **Mas também sabemos que, sem uma estratégia coerente, todo esse esforço teria sido em vão.** Que, se como alguns propunham, tivéssemos pedido mais tempo ou mais dinheiro aos credores, teríamos aumentado a nossa dependência externa e não teríamos reconquistado a nossa liberdade. Que se tivéssemos hesitado, a troika não teria saído do nosso País.

Os problemas dramáticos que o País enfrentava obrigaram a que aos Portugueses fossem pedidos sacrifícios indesejáveis mas, infelizmente, indispensáveis. **E daí a necessidade de dar uma prioridade governativa clara à situação daqueles que mais atingidos foram por essas políticas e, muito em particular, aos que se encontravam em situação de maior fragilidade.**

Conduzidos por essa prioridade de justiça social e de coesão nacional, preocupámo-nos com a repartição equitativa do esforço, exigindo mais aos cidadãos com rendimentos mais elevados ou uma contribuição especial a sectores económicos de especial relevância.

Mas preocupámo-nos igualmente em salvaguardar das consequências do resgate aqueles que menos tinham, desde logo pondo em prática um Programa de Emergência Social em que se aplicou uma verba de cerca de 1.000 milhões de euros e, ao mesmo tempo:

- Assegurando um aumento real das pensões mínimas, sociais e rurais;
- Incrementando o apoio às instituições de solidariedade social;
- Majorando o subsídio de desemprego para casais em que o desemprego atingiu ambos os cônjuges;
- Alargando as isenções em matéria de taxas moderadoras para 6 milhões de pessoas;
- Reduzindo substancialmente os preços dos medicamentos, em particular no que respeita aos genéricos;
- Aumentando o número e o valor médio das bolsas no ensino superior;
- Ampliando a comparticipação em livros e materiais escolares;
- Aumentando o salário mínimo nacional;
- Isentando do pagamento da contribuição extraordinária de solidariedade a grande maioria dos pensionistas.

## II

### Desafios para um futuro melhor

**Apesar dos enormes progressos registados no passado recente, a sociedade portuguesa continua a ter diante de si desafios muito complexos, fruto de muitos anos de negligência política e de desorientação estratégica.** A resolução de tais problemas não pode mais ser adiada, sob pena de, mais cedo que tarde, a realidade se encarregar de nos apresentar uma pesada fatura.

**Nessa medida, três desafios se afiguram especialmente sérios e devem constituir prioridade de governação na próxima legislatura: a questão demográfica, a qualificação das pessoas e a competitividade das empresas e da economia.** Porque estes desafios, se vencidos como é possível fazê-lo, garantirão em simultâneo a sustentabilidade do Estado e da sociedade, a criação de riqueza e a geração de emprego e de bem estar para os cidadãos.

#### DESAFIO 1

##### A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Não é excessivo afirmar que, num prazo não muito longínquo, a nossa capacidade de afirmação enquanto entidade política autónoma depende largamente da inversão do “inverno demográfico” em que Portugal caiu desde há mais de três décadas e, portanto, da nossa mobilização coletiva em favor de políticas públicas amigas das famílias.

Por iniciativa da atual maioria, foi promovido um amplo debate em redor das questões da natalidade, que permitiu a apresentação de um conjunto de medidas legislativas quer na Assembleia da República, quer no Governo de que podem destacar-se, como exemplo o quociente familiar em sede de IRS, cuja reforma visou torná-lo mais amigo das famílias, o alargamento do plano de vacinação ou os cuidados formais na primeira infância. Mas é necessário ir mais longe, levando à prática medidas adicionais:

- Que removam os obstáculos à natalidade;
- Que favoreçam a harmonização entre a vida profissional e a vida familiar;
- Que permitam uma participação efetiva dos pais na vida dos filhos, nomeadamente no que toca ao acompanhamento do seu percurso escolar.

Mas a questão demográfica não pode apenas ser encarada sob esse prisma. Ela exige, também, que face ao envelhecimento progressivo das nossas sociedades se mude radicalmente a forma como olhamos para o papel que os mais idosos devem assumir, valorizando o seu contributo aos mais diversos níveis, nomeadamente por via de medidas que promovam o envelhecimento ativo. Trabalharemos para permitir uma transição gradual da vida ativa, facilitando o prolongamento da vida laboral, de forma voluntária, nomeadamente favorecendo modelos de trabalho a tempo parcial.

Ao mesmo tempo, importa encontrar novos caminhos para incentivar o regresso ao País dos nossos compatriotas que ao longo da última década foram forçados a buscar lá fora um futuro melhor ou que consigamos atrair cidadãos estrangeiros que possam dar um contributo de relevo para o nosso desenvolvimento.

Por fim, há que levar à prática soluções que permitam contrariar os desequilíbrios demográficos internos, criando condições que incentivem o regresso das populações, e sobretudo dos jovens, às zonas mais desertificadas do território nacional.

## **DESAFIO 2**

### **A QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS**

A qualificação das pessoas é, também ela, crucial. Porque é um dos elementos estruturantes no combate à pobreza e na promoção da mobilidade social. Porque, no quadro de uma economia cada vez mais globalizada e competitiva, o acesso ao saber, tanto teórico quanto prático, é cada vez mais o elemento que faz a diferença.

E daí a importância de, nomeadamente:

- Alargar progressivamente a universalidade do ensino pré-escolar;
- Intensificar o combate eficaz ao abandono escolar, bem como às taxas de retenção, sem prejuízo da valorização da exigência nos resultados escolares;
- Promover a maior autonomia das escolas na construção do seu projeto escolar próprio favorecendo, por exemplo, o aparecimento de escolas geridas com independência pelos docentes;
- Garantir o rigor na seleção dos docentes;
- Reordenar a rede de ensino superior público;
- Incentivar o envolvimento das empresas no ensino profissionalizante e na investigação científica.



## **DESAFIO 3**

### **A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS E DA ECONOMIA**

É evidente, também, a prioridade a atribuir à criação das condições indispensáveis ao reforço da competitividade das nossas empresas, em particular das de pequena e média dimensão. Porque empresas mais competitivas significam aumento da capacidade exportadora, possibilidade de substituir importações por produção nacional, geração de riqueza e conseqüente aumento do rendimento disponível, criação de postos de trabalho.

Neste domínio, as políticas públicas podem e devem dar um contributo importante:

- Criando um ambiente favorável ao investimento, quer reduzindo adicionalmente os entraves burocráticos e administrativos que ainda persistem, quer assegurando a estabilidade e a previsibilidade do quadro fiscal, nomeadamente através da continuação da redução do IRC;
- Favorecendo soluções que contribuam para a capitalização das empresas;
- Apostando adicionalmente em domínios em que apresentamos importantes vantagens competitivas, como é o caso do mar, do turismo, do agroalimentar e da economia verde;
- Proporcionando a existência de um quadro de regulação do mercado laboral que assegure a melhoria do rendimento salarial, tendo em conta os acréscimos de produtividade;
- Reforçando os mecanismos da concertação social enquanto local preferencial de construção de entendimentos entre os diferentes parceiros.

Mais investimento significa mais oportunidades; mais e melhor qualificação significa mais capacidades; melhor demografia significa melhor futuro. E todos estes valores convergem naquilo em que mais acreditamos: a mobilidade social que queremos ver em Portugal mais efetiva e mais rapidamente. No fundo, para que cada um possa ir tão longe na sua vida e no seu percurso pessoal quanto as suas capacidades pessoais o permitam.



## III

### PRESSUPOSTOS E COMPROMISSOS

**Vencer os desafios fundamentais ao nosso futuro coletivo que ainda temos pela frente está dependente de um pressuposto fundamental: a nossa capacidade de construir as soluções necessárias a partir do reforço das bases sólidas que nos últimos quatro anos construímos.** É esta, precisamente, a fronteira das próximas eleições legislativas: construir sobre os esforços feitos e acelerar a recuperação em termos sustentáveis; ou desperdiçar a credibilidade que ganhámos e os resultados que atingimos e correr o sério risco de voltar atrás, com todo o rol de dificuldades e de problemas muito sérios que isso acarretaria.

Apesar de todas as frentes emergenciais em que o atual Governo teve de agir, merece realce o facto de nunca ter abdicado de uma perspetiva prospetiva, elaborando e aprovando documentos definidores de estratégias a médio e longo prazo que, ancoradas nas previsões contidas no Programa de Estabilidade, estabelecem prioridades de ação claras e adequadas à natureza dos nossos problemas. São de referir, por exemplo, o Programa Nacional de Reformas, a Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego, o Portugal 2020, o Plano Estratégico de Infraestruturas e Transportes, o Compromisso para o Crescimento Verde ou a Estratégia Nacional para o Mar.

Neste momento, importa assim salientar que, em coerência com aquela que tem sido a nossa atuação política, o programa eleitoral da coligação assumirá as orientações e medidas que constam daqueles documentos.

E é igualmente tendo em conta esse pano de fundo que **há um conjunto de pressupostos e compromissos que queremos reafirmar perante os Portugueses, seja no plano dos princípios seja no plano das políticas.**

No plano dos princípios, a manutenção de uma linha de ação governativa marcada pela coerência, pela prudência, pela responsabilidade e pelo rigor. No plano das políticas:

#### **1. Manutenção da credibilidade financeira, evitando políticas ou situações que conduzam a novas intervenções externas e assim salvaguardando a soberania nacional reconquistada:**

- Cumprindo a meta de atingir, em 2019, um saldo orçamental positivo;
- Mantendo o equilíbrio das contas externas;
- Diminuindo progressiva e sustentadamente a dívida pública.

## 2. Recuperação do poder de compra e da melhoria das condições de vida dos cidadãos:

- Repondo gradualmente os rendimentos dos funcionários públicos;
- Honrando escrupulosamente um contrato de confiança fiscal com a sociedade portuguesa, em cujos termos se procederá à eliminação, no máximo até 2019, das medidas extraordinárias que a situação de excepção obrigou a impor (com destaque para o IRS).

## 3. Fortalecimento do Estado Social, com a preocupação primeira de direccionar os nossos esforços, prioritariamente, em favor daqueles que mais precisam e, em simultâneo:

- Trabalhando para garantir, consistentemente, o respeito pelo princípio da igualdade de oportunidades;
- Continuando a assegurar a universalidade dos sistemas de saúde, de educação e de segurança social, tal como o fizemos nos últimos quatro anos num quadro orçamental muito restritivo, mas com a legítima expectativa de ter entretanto criado as condições para melhorar a eficácia e a eficiência das respostas que esses serviços proporcionam;
- Assegurando a sustentabilidade da segurança social, através da adoção de medidas que resultem de um debate alargado, envolvendo a sociedade civil e necessariamente todos os partidos do arco da governabilidade e que traduza, conseqüentemente, a existência de um amplo consenso social e político;
- Dando prioridade a um **Programa de Desenvolvimento Social** adequado a garantir a concretização de uma estratégia política capaz de gerar a obtenção dos melhores resultados possíveis na aplicação do Portugal 2020 (nomeadamente em sede de Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), por forma a que, nesta nova fase de crescimento económico e de recuperação do emprego se alcance um novo patamar de coesão social. Um programa que concerte estrategicamente a cooperação entre a economia, a segurança social, a saúde e a educação e que valorize e aprofunde a relação entre o Estado e a economia social/solidária, materializado em verdadeiras Parcerias Público-Sociais geradoras de poupança e indutoras de humanização na intervenção.

## 4. Fidelidade a um modelo de crescimento económico que assegure a sustentada criação de riqueza e a criação de emprego. Um modelo assente:

- No reforço da nossa capacidade exportadora e no aumento do investimento privado, nacional e estrangeiro e não no aumento artificial do endividamento das pessoas e das famílias e no investimento público cego;
- Na aposta na investigação, na inovação e no desenvolvimento tecnológico;
- Na exploração das potencialidades imensas proporcionadas pela economia verde, pela economia azul e pela economia social.

## 5. **Consolidação dos princípios e valores do Estado de Direito.** Porque queremos um Estado:

- Que seja exclusivamente orientado, na sua ação, pela defesa do interesse público, opondo-se com determinação aos interesses egoístas e às pressões corporativas;
- Que não transija perante a corrupção e o compadrio;
- Que respeite escrupulosamente o princípio da separação de poderes e a independência do poder judicial;
- Que combata toda e qualquer tentativa de condicionamento ao exercício da liberdade de imprensa.

## 6. **Continuação da reforma do Estado, por forma a contribuir adicionalmente para o reforço da sua eficiência,** não esquecendo nunca que a razão última da sua existência não é justificar-se a si próprio mas corresponder, em tempo e de forma adequada, aos anseios legítimos das pessoas. Trabalharemos por isso para a realização de objectivos tão diversificados como:

- A progressiva promoção da liberdade de escolha no âmbito dos sistemas públicos;
- A eliminação dos entraves que ainda subsistem na relação entre os cidadãos e os serviços públicos;
- O reforço da descentralização, nomeadamente no que toca à transferência de competências em áreas sociais, como é o caso do ensino não superior, do apoio social e da saúde familiar;
- O aprofundamento de medidas direccionadas especificamente para as necessidades dos territórios de baixa densidade e das populações que neles habitam, dando seguimento, por exemplo, ao programa Aproximar.

## 7. **Empenho na modernização do sistema político.** As transformações sociológicas a que vimos assistindo nas sociedades ocidentalizadas revelam uma desconfiança cada vez maior dos cidadãos face aos modelos representativos e governativos. Esta circunstância impõe a implementação de soluções que incrementem a participação cívica, a proximidade entre eleitores e eleitos e a construção de novos modelos de envolvimento dos cidadãos nas escolhas das políticas públicas, cientes dos efeitos concretos que cada opção possa acarretar. Para tal, a construção de instituições independentes, que promovam a avaliação das políticas públicas, emitindo relatórios regulares sobre o rigor, os resultados e os graus de transparência dos sistemas de decisão públicos revela-se de especial importância, porque contribuirá para a inversão desse clima de desconfiança.

**8. Estabilidade em matéria de políticas relacionadas com as áreas de soberania.** Trata-se de domínios em que foram levadas a cabo ou estão em curso reformas profundas, como sucede, por exemplo, com o novo mapa judiciário e com a Defesa 2020 e que não podem estar sujeitas a modificações permanentes ou a mudanças que tem por base apenas a vontade de mudar. Por isso nos comprometemos a assegurar esta estabilidade, sem prejuízo da sua avaliação e da introdução, se disso for caso, de pontuais alterações.

**9. Presença ativa no domínio europeu e na cena internacional.** Sabemos como o nosso futuro depende, em larga medida, do rumo da União Europeia, bem como da nossa capacidade para influenciar a sua evolução. E, nessa medida, deveremos empenhar-nos na construção de consensos que permitam, nomeadamente, definir um quadro mais coerente para as políticas estruturais (o que envolve a reorientação e simplificação do Semestre Europeu), a criação de uma verdadeira União Financeira para o Crescimento e a Estabilidade e o estabelecimento de um quadro orçamental e institucional em que possamos confiar ainda mais, o que pode passar pela instituição de um Fundo Monetário Europeu.

Por seu lado, a volatilidade a que temos vindo a assistir no contexto global, obriga a que sejamos capazes de, em conjunto, procurar novos modelos de governança, seja no plano económico seja no plano político. Portugal, nação secular, não pode alhear-se desse movimento, impondo-se que aí tenha igualmente uma participação activa.

## IV

### **CONTINUAR A TRANSFORMAR PORTUGAL COM SEGURANÇA, COM JUSTIÇA E COM PRUDÊNCIA**

A imperiosidade de retirar Portugal da situação em que se encontrava há quatro anos e de cumprir, sem falhas, os compromissos que outros tinham assumido, condicionou largamente os rumos da governação. Fez-se o que tinha de ser feito mas isso, muitas vezes, não permitiu que a atual maioria concretizasse as suas próprias ideias e projetos.

Agora, queremos ir mais longe, e com um redobrado sentido de ambição, na construção de uma sociedade mais confiante, mais próspera e mais justa. E por isso pediremos aos portugueses que nos deem essa oportunidade para continuar a transformar Portugal com segurança, com justiça e com prudência.

Com a consciência de que este não é o tempo das promessas fáceis, mas dos desafios corajosos. Este não é o tempo do regresso a um passado que queremos definitivamente ultrapassado, mas da conquista do futuro que merecemos. Este não é o tempo de por tudo em risco e de voltar para trás, mas de caminhar com sobriedade e com contenção. Este é, pois, o tempo de avançar.

O documento que agora se apresenta tem dois objetivos: balizar, com clareza, as orientações que presidirão à elaboração do programa eleitoral da coligação e dar início a um processo de discussão pública, visando obter contributos para esse programa. É, assim, e apenas, o início de um percurso e como tal deve ser entendido.

Lisboa, 3 de Junho de 2015





# **CARTA DE GARANTIAS**

**ASSOCIADA ÀS LINHAS  
DE ORIENTAÇÃO GERAL PARA  
A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA  
ELEITORAL**

**LEGISLATIVAS 2015**

**03.JUNHO.2015**

# PORTUGAL NO CAMINHO CERTO

## CARTA DE GARANTIAS

### **1. Garantimos que Portugal não voltará a depender de intervenções externas e não terá défices excessivos.**

Connosco, os Portugueses sabem que as contas públicas serão geridas com prudência e rigor, o que significa que Portugal não voltará a cair numa situação humilhante de intervenção externa, dependência de troikas de qualquer natureza ou imposição de políticas pelos credores. A recuperação da soberania financeira e institucional de Portugal é para manter e preservar. Em 40 anos de democracia, Portugal viveu sob assistência externa três vezes, sempre em consequência de políticas socialistas erradas. Somos a garantia de que isso não acontecerá mais.

Garantimos que Portugal cumprirá as regras europeias e ficará livre do Procedimento por Défices Excessivos. Pela primeira vez desde a adesão à moeda única, teremos défice abaixo de 3% e caminhamos para o equilíbrio orçamental. Cumpriremos o Programa de Estabilidade e beneficiaremos da flexibilidade que é dada aos países bem geridos. Não pesarão sobre Portugal sanções nem ameaças. É assim possível a redução da dívida pública para 107% no final da próxima legislatura. Boas contas fazem boas economias. Queremos Portugal com prestígio e boa reputação no concerto internacional das Nações.

### **2. Garantimos, no que de nós depender, uma legislatura de crescimento económico robusto e gerador de emprego. A nossa ambição é criar condições para um crescimento económico médio de 2% a 3% nos próximos 4 anos.**

O crescimento económico não se decreta nem depende essencialmente do Estado. O crescimento económico é principalmente obra das empresas que, para isso, precisam de confiança e de um ambiente favorável ao investimento. Nós somos a garantia dessa confiança. Porque oferecemos uma maioria estável; outros não. Porque reforçaremos as políticas favoráveis



ao investimento; outros querem interrompê-las. Porque iniciámos a recuperação económica com bases sãs; outros querem voltar atrás e podem comprometê-la.

O Programa de Estabilidade já aponta para um crescimento superior a 2% nos próximos anos. Se não existirem crises internacionais com impactos sistémicos ou globais, e se Portugal continuar no caminho certo, esse objectivo é atingível e até superável. Trabalharemos para isso.

Nas próximas eleições também há uma escolha de políticas económicas. O nosso modelo assenta o crescimento no investimento privado e na inovação, nas exportações e nos bens transacionáveis e na recuperação gradual do poder de compra. A parcela de investimento público será seletiva e focada em pequenas e médias obras necessárias, não em projectos faraónicos ou sumptuosos. É um modelo bem mais eficiente do que o regresso à tese da despesa pública e do investimento público como alfa e ómega do crescimento económico.

Temos uma visão de futuro sobre a repartição dos frutos do crescimento. A ambição de crescer entre 2% e 3% em média na próxima legislatura deverá permitir criação líquida e sustentada de emprego, concretizar a moderação fiscal e cumprir o serviço da dívida.

### **3. Garantimos, dentro do que está ao alcance de um Governo, uma legislatura em que a redução continuada do desemprego seja a prioridade máxima. A nossa ambição é que o desemprego em Portugal, baixe, pelo menos, para a média europeia.**

Os Portugueses estão cansados de políticos que prometem empregos que não podem criar. Os Portugueses sabem que o maior contributo para a criação de empregos vem das empresas. Ninguém nos verá, por isso, prometer ilusões. A criação de emprego será tanto maior quanto a estabilidade e as reformas gerarem confiança e por isso a economia funcionar melhor; se Portugal voltar à instabilidade política e às crises orçamentais, a confiança diminui e o desemprego ressentir-se.

Os desempregados não são números. São pessoas, são famílias, são projectos de vida desfeitos, são ambições adiadas e talentos desperdiçados. Os Portugueses sabem que em consequência da bancarrota e da recessão que se seguiu, o desemprego disparou. Chegou a 17,5%. Também sabem que a recuperação se iniciou: o desemprego está hoje em 13,0%. A tendência é positiva.

Estamos conscientes que, para os que estão desempregados, a mudança de ciclo ainda não chegou. Acreditamos que o direito ao trabalho é elemento essencial da dignidade humana e desejamos construir uma sociedade com mobilidade social. Garantimos, no programa que apresentaremos, todas as políticas que permitem reforçar a criação de emprego.

Consideramos essencial continuar a reduzir o IRC, de modo a aumentar o investimento gerador de emprego; damos estabilidade à reforma laboral, que está a dar resultados, e

avisamos para o erro de retrocessos com justificação meramente ideológica. Trabalharemos para melhorar e simplificar as políticas activas de emprego, em acção coordenada com os parceiros sociais. Direcionamos os fundos comunitários para a economia real e reforçaremos as políticas de redução de custos de contexto e competitividade, para incentivar novos investimentos e mais criação de postos de trabalho.

Não aderimos a experimentalismos que possam provocar graves rupturas nas contribuições. No plano europeu, seremos voz activa em favor de iniciativas e planos que permitam estimular oportunidades de emprego sustentáveis. Se Portugal continuar no caminho certo, é exequível o objectivo de que o desemprego em Portugal, ao longo da próxima legislatura, possa reduzir-se progressivamente, atingindo pelo menos a média europeia. Há regiões, no nosso País, que já estão perto desse objectivo. São as mais empreendedoras. É esse o caminho.

#### **4. Garantimos a eliminação progressiva da sobretaxa de IRS e a recuperação gradual do rendimento dos funcionários públicos. A nossa proposta é viável; outras, não o são.**

O facto de garantirmos um controlo da despesa pública e um défice abaixo de 3% permite-nos encarar a próxima legislatura como um tempo em que medidas tomadas por razões excepcionais serão removidas. Referimo-nos, directamente, à sobretaxa de IRS e aos cortes nos salários dos funcionários públicos.

O método que propomos para atingir estes objectivos é o gradualismo. Assim, a eliminação da sobretaxa de 3.5% no IRS acontecerá ano após ano, cumprindo o previsto no Programa de Estabilidade. Se as condições económicas o permitirem, a nossa prioridade é a moderação da carga fiscal e, portanto, aceleraremos essa redução a fim de a completar antes de 2019. No que diz respeito aos salários da Administração Pública, a contenção da despesa permite-nos, igualmente, planear uma recuperação progressiva: em principio 20% por ano. Se houver condições económicas favoráveis, a melhoria poderá ser mais célere.

Estas garantias são importantes para fortalecer a classe média. Podemos dá-las por duas razões. Uma é de **viabilidade**: no quadro das regras europeias, só um défice controlado permite aliviar a carga fiscal e melhorar os salários públicos. A outra é de **credibilidade**: está já previsto, para o IRS relativo a 2015, um crédito fiscal de devolução aplicado à sobretaxa; e no que toca aos funcionários públicos, fizemos já a primeira remoção de 20% no corte sofrido, tendo incluído no Programa de Estabilidade o segundo passo de igual valor. A garantia que damos é, por isso, realista e sustentada.

Consideramos ser nosso dever alertar os cidadãos para o risco que significam programas eleitorais que tudo prometem repôr de um dia para o outro. Se não for usado o gradualismo e tida em conta a possibilidade orçamental, a consequência será uma ilusão com meros efeitos eleitorais, que rapidamente se transformará em nova desilusão com a política, na medida em

que gastar mais e arrecadar menos fará o nosso país regressar ao ponto de partida da crise de 2011, e incumprir novamente os compromissos europeus.

## **5. Garantimos que as reformas na Segurança Social serão feitas por consenso e respeitarão a jurisprudência do Tribunal Constitucional. Lançaremos um novo programa ambicioso de redução da pobreza.**

Garantir a sustentabilidade dos regimes da Segurança Social e garantir a previbilidade e segurança do pagamento de pensões actuais e futuras são deveres que obrigam forças políticas responsáveis e personalistas. É o nosso caso.

O facto de elegermos como prioridades da próxima legislatura tanto a aceleração do crescimento como o reforço de políticas amigas da natalidade, significa que temos a consciência exacta de quais são os factores estruturais que poderão ajudar e nosso país a melhorar as condições de sustentabilidade dos vários regimes de segurança social, cujos problemas são, aliás, diferentes.

Ao tratar a questão da segurança social os nossos dois Partidos mantiveram sempre um princípio de protecção dos mais frágeis socialmente – de que é exemplo a política de aumento das pensões mínimas, sociais e rurais que outros congelaram – e uma vontade de terminar o ciclo de excepcionalidade que afectou uma parte dos aposentados com a chamada CES – contribuição que outros criaram. Daí que a última proposta que o Governo fez apontasse para uma recuperação de 45 a 75% do corte sofrido com a CES.

Nunca escondemos que há problemas de financiamento que só são resolúveis num quadro de compromisso político alargado, negociações com os parceiros sociais e respeito pela jurisprudência do Tribunal Constitucional. Reafirmamos a nossa disposição para procurar esse acordo e não o condicionamos com qualquer modelo prévio.

Garantimos, ainda, na área social, um renovado, justo e necessário investimento. Assim como desenvolvemos, na legislatura que vai terminar um Programa de Emergência Social, o nosso programa deve conter um Programa de Desenvolvimento Social, completamente focado na redução da pobreza, abarcando várias áreas de intervenção e reforçando, ainda mais, a política de contratualização, no terreno, com as IPSS e as Misericórdias. Estas opções significam que não nos resignamos perante os indicadores de pobreza e desigualdade no nosso País.

## **6. Garantimos um Estado Social viável e com qualidade. Disso é exemplo um Serviço Nacional de Saúde universal e geral que proporcione um médico de família a todos os portugueses.**

O programa da coligação será muito claro na defesa do Estado Social e das suas funções.

Um dos exemplos claros dessa garantia é o trabalho que fizemos para evitar uma ruptura nos serviços de Saúde logo no início do mandato, devida a um legado de má gestão que não é repetível.

Garantimos que o SNS é viável, mas garantimos também que é universal. Exemplo disso é a nossa ambição de que, antes do final da próxima legislatura, se concretize o objectivo de que cada português tenha um médico de família. Até ao final de 2015, com a admissão prevista de novos profissionais, far-se-á um reforço suplementar, e o número de portugueses sem médico de família será já inferior a um milhão.

Um outro exemplo do que importa garantir no âmbito da ação do Ministério da Saúde é o desenvolvimento de um Plano de Ação – Ser idoso em 2020 - criando novas respostas para as exigências que se colocam ao envelhecimento ativo, combatendo o isolamento e promovendo a proximidade dos cuidados. Criando uma maior integração do ciclo de cuidados e dos processos comuns entre a Saúde e a Segurança Social.

Importa ainda realçar que durante estes anos de constrangimento financeiro foi possível garantir a abertura de 7 novas unidades hospitalares, mais de 130 unidades de saúde familiar e 30 novos centros de saúde. Assim garantimos a continuação de uma aposta de investimento na qualificação da rede de equipamentos de saúde favorecendo um acesso da população a uma rede mais qualificada e ao serviço do bem-estar do cidadão.

## **7. Garantimos que pugnaremos pela inscrição na Constituição um limite à dívida pública. Assim se defende o presente e o futuro de Portugal.**

Nenhum Estado atravessa as circunstâncias dolorosas que Portugal viveu com a proximidade da bancarrota em 2011, sem retirar daí lições consequentes. A nosso ver, os Portugueses devem defender-se de experiências de irresponsabilidade financeira, que conduzem a consequências políticas, económicas e sociais extremamente graves. O mesmo fizeram outros Estados nas suas leis fundamentais.

Afirmamos a nossa disponibilidade para que a Constituição da República Portuguesa contenha e consagre um limite à expansão da dívida pública.

A questão da dívida pública é, por natureza, intergeracional e, portanto, estruturante. Dívidas exageradas pagam-se caro em austeridades coercivas e impostos elevados. As políticas que conduzem a dívidas excessivas não são, aliás, autorizadas pelas gerações seguintes que também serão chamadas a financiá-las, o que representa uma injustiça flagrante. Um limite constitucional faz, por isso, todo o sentido. Propomos um modelo em que o Estado tributa menos, porque se endivida menos e mantém as contas controladas. Não é uma questão ideológica, é uma questão de bom senso.

Qualquer abordagem constitucional desta matéria não deve ser forçada nem sectária. Afirmamos a nossa disponibilidade e abertura, renovando, nestes pontos, o contrato de confiança

que o Estado deve estabelecer com os cidadãos. Os de hoje e os de amanhã. Aguardaremos pelo tempo próprio, e esperamos capacidade de diálogo de todas as forças políticas que assumem compromissos europeus e nacionais que enquadram políticas responsáveis.

## **8. Garantimos que a próxima legislatura dará particular importância às questões da demografia, da qualificação das pessoas e da coesão do território.**

Governar é escolher. Os temas estruturais ganham maior oportunidade e essencialidade quando as condições do país, felizmente, já não são as da emergência ou da excepcionalidade.

Escolhemos centrar mais a nossa acção governativa em três áreas fundamentais.

A primeira é a questão demográfica: queremos reforçar as políticas que removam obstáculos à constituição de famílias e à educação dos filhos. São, naturalmente, políticas cujo impacto se mede a longo prazo, mas o nosso declínio demográfico é demasiado negativo para se poder esperar. Por isso, o Governo tomou decisões emblemáticas de que são exemplos o quociente familiar no IRS, a simplificação do regime da adopção, a majoração do subsídio de desemprego para os casais desempregados com filhos a cargo, o alargamento da capacidade das creches e jardins de infância ou a preparação do país para a nova escolaridade obrigatória completa. Estas políticas merecem estabilidade em nome do bem comum. Continuaremos o esforço: o programa da coligação deverá conter objectivos em vários Ministérios e políticas públicas para reforçar medidas amigas das famílias, nomeadamente nas áreas da conciliação entre trabalho e família, preços familiares ou habitação.

O enfoque na demografia não é apenas natalista. Deve compreender medidas inovadoras no domínio do envelhecimento activo, olhando para uma esperança de vida maior e para o sentido útil e o orgulho que uma sociedade deve ter na geração que já se aposentou ou reformou. É significativo, para dar apenas dois exemplos, rever as condições em que os mais velhos podem dar a sua experiência às empresas, à comunidade e ao Estado, bem como efectivar políticas que conciliem reforma parcial e trabalho parcial.

No centro das nossas atenções estará também a qualificação dos recursos humanos. Ninguém esperará de nós o abrandamento da exigência no sistema educativo ou menor rigor no recrutamento e avaliação, ao longo da vida, dos docentes. Os Portugueses contam connosco para intensificar o esforço que permite a redução sustentada do abandono escolar ou para ir mais longe nos contratos de autonomia que favoreçam a diferenciação dos projectos escolares na rede pública. Em paralelo, o nosso programa acentuará as condições para o surgimento de escolas independentes, geridas por professores no sector público, e para dar efectividade ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Apostamos na qualidade, defendemos a exigência, estamos abertos à diferenciação de projectos públicos e mantemos a contratualização com o particular e cooperativo.

Em terceiro lugar, consideramos muito importante fomentar as condições para uma maior coesão territorial. O nosso programa deve conter, portanto, novas linhas de acção que permitam melhorar a discriminação positiva de várias políticas públicas a favor dos territórios de baixa densidade, fortalecer o investimento produtivo no interior, maximizar as sinergias de partilha de serviços entre órgãos autárquicos, conceber novas políticas de descentralização e melhorar as condições técnicas para um eficiente planeamento regional.

## **9. Garantimos um Estado mais justo e eficiente, queremos uma sociedade com maior autonomia e liberdade de escolha.**

Muitas reformas para modernizar o Estado e conferir-lhe sobriedade foram feitas. O trabalho não está acabado. Muitas reformas foram decididas, legisladas e internacionalmente reconhecidas para termos uma justiça mais célere, com melhor serviço às empresas e maior confiabilidade para o cidadão. É um trabalho que tem de ser avaliado, monitorizado e aperfeiçoado quando se justifique.

Levar a cabo novas tarefas de reforma do Estado e continuar a missão de uma justiça com independência e celeridade está, naturalmente, nos nossos horizontes

É especialmente relevante efectivar a obrigação de resposta em tempo útil pelos serviços públicos; a impossibilidade de a Administração exigir ao cidadão informação que outros serviços já têm; a simplificação dos procedimentos, departamento por departamento; a fiscalização redobrada do cumprimento das leis e das boas práticas por parte dos grandes organismos públicos; ou a digitalização progressiva do serviço da Administração.

Se nos comprometemos com um Estado menos burocrático, é também porque acreditamos que as sociedades evoluídas e prósperas são aquelas em que o serviço público tem qualidade e as famílias e as empresas têm maior liberdade de escolha. Como referimos atrás, a nossa opção é defender e revigorar o Estado Social e as suas condições de viabilidade em sectores tão importantes como a saúde, a segurança social, a educação ou a luta contra a pobreza. A nossa orientação é mesmo, no perímetro dos serviços públicos, diversificar projectos e aumentar a escolha. Isso não é incompatível, como a experiência de décadas claramente demonstra, com políticas de contratualização com os sectores da economia social ou com a iniciativa privada que obedecem a um quadro legal definido e a uma regulação forte.

Lisboa, 03 de Junho de 2015



